

# *Os Portugueses de Quinhentos vistos pelo Flamengo Jan Taccoen de Zillebeke*

*Jorge Fonseca<sup>1</sup>*

## **Resumo**

Na primavera de 1514 o nobre Jan Taccoen passou por Lisboa, vindo da Flandres em viagem marítima para Jerusalém. A cidade revelou-se uma fonte de surpresas: a presença de negros e indianos em grande número, assim como dos elefantes ao serviço do rei, permitiram-lhe contactar com um mundo de “estranhos animais e gentes”. Apercebeu-se também de costumes invulgares ou inexistentes no seu país, como as procissões de flagelantes e os ruidosos funerais, assim como do rigor legal face ao adultério e da pouca higiene das casas e ruas. Foi uma experiência inesquecível, que veio a destacar na sua narrativa de viagem.

## **Palavras-chave**

Flandres, Lisboa, Jerusalém, Viagem, Jan Taccoen.

---

<sup>1</sup> CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

## Abstract

In the Spring of 1514 arrived in Lisbon the nobleman Jan Taccoen, who came from Flanders and went to Jerusalem by sea. The town was to him a complete surprise: the existence of many Negroes and Indians and the elephants belonging to the king, showed him a world of “strange animals and people”. He also knew some habits wich were unusuals or not existents in his country, as flagellant processions and noisy funerals, as well as legal harshness in view of adultery, and dirtiness of homes and streets. It was one unforgettable experience, which he emphasized in his travel report.

## Keywords

Flanders, Lisbon, Jerusalem, Voyage, Jan Taccoen.

Saído de Comines, na Flandres, seu país natal e de residência, em março de 1514, numa viagem por mar com destino a Jerusalém, e regressado quase um ano depois, o nobre flamengo Jan Taccoen, senhor de Zillebeke, era dotado de curiosidade e poder de observação que espelhou na memória que redigiu depois do regresso a casa. O objetivo desse relato de viagem era, como sempre acontecia em casos semelhantes, o de deixar à posteridade o testemunho da sua trabalhosa, arriscada e certamente dispendiosa peregrinação aos Santos Lugares do Cristianismo. Entre as motivações para esta e outras duas tentativas fracassadas anteriores, além da religiosidade que caracterizava os homens da sua época, contava-se também a procura de um reforço de nobilitação, pela obtenção do título de *cavaleiro de Jerusalém*, assim como o interesse pelo desconhecido e o gosto da aventura, como provam as várias viagens que empreendeu, incluindo uma a Santiago de Compostela.

A demanda de Jerusalém incluía-se, desde os últimos séculos medievais, entre as três “peregrinations maiores” a que voluntariamente se sujeitava o fiel cristão com o fim de, pelos sacrifícios que as mesmas implicavam, se aproximar de Deus e conseguir a redenção eterna. As outras eram a de Roma e a de Santiago de Compostela<sup>2</sup>. Para os povos da Europa do Norte, como os dos Países Baixos, o

---

<sup>2</sup> Carlo RUTA, *Storia del viaggio in Sicilia dalla tarda antichità all'età moderna*, Ragusa, Edizioni di storia e studi sociali, 2016, pp. 11-12.

percurso utilizado para chegar à Terra Santa era a travessia terrestre até ao norte de Itália e daí, por intermédio de navios venezianos, alcançar o Médio Oriente. No entanto, nos começos do século XVI, cidades mercantis como Antuérpia tentaram abrir uma rota direta pelo Atlântico, contornando assim o monopólio de Veneza. Nessa tentativa se integrou Dierick van Paesschen, que organizou, a partir de 1511, várias viagens a Jerusalém com apoio financeiro das autoridades daquela urbe flamenga, distribuindo anúncios em línguas como francês e latim para recrutar passageiros. Numa delas embarcou Jan Taccoen<sup>3</sup>.

Nascido cerca de 1454, o flamengo pertencia a uma família com presença no condado da Flandres desde as primeiras décadas do século XII e era o filho mais velho de Jan Taccoen (sénior) e de Isabella van Pittem. Casou duas vezes, uma com Maria de Beaufremez e outra com a viúva Catharina Liebaert, tendo sido pai de cinco ou seis filhos, um dos quais Wulfaart Taccoen, que estava em Lisboa quando o pai por aqui passou. Era senhor de Zillebeke, povoação próxima da cidade de Ypres, e de Herenthage, Singelbaanst, Fresnoy e Cessoye, possuindo mansões em Zillebeke, Komen (Comines) e Ieper, em que residiu. Ocupou cargos políticos e honoríficos nalgumas dessas terras. Faleceu em 1532, tendo sido sepultado em túmulo de mármore na igreja de Zillebeke.

Antes da viagem que o trouxe a Lisboa e lhe permitiu, depois, visitar Jerusalém, Jan Taccoen tinha já tentado por duas vezes chegar aos Lugares Santos, uma em 1500, com percurso por terra até Roma e Veneza, onde não conseguiu embarcar devido à guerra desta última com os Turcos, e outra semelhante em 1509-1510, tentativa frustrada pelo conflito dos venezianos com as potências europeias. Em 1512 foi, por mar, a Compostela, na Galiza<sup>4</sup>. A viagem de 1514-1515 foi, por isso, a consecução de várias experiências fracassadas anteriores, o que evidência as dificuldades, na época, em se chegar àquele destino.

A viagem que levou a cabo pô-lo em contacto com outros povos e costumes, muitos dos quais observou e relatou de forma crítica, nomeadamente nas terras em que, por se ter encontrado com um filho, como sucedeu em Lisboa, ou por ter que aguardar o navio para Jerusalém, como aconteceu em Cádiz e Jerez, permaneceu mais tempo, entregue a si próprio e não em grupo e acompanhado por guardas armados, caso de Jerusalém e outros lugares da Palestina. A oportunidade de conhecer melhor certas terras permitiu-lhe igualmente compará-las entre si e com outras que já tinha visitado nas viagens anteriores.

<sup>3</sup> Eddy STOLS, Jorge FONSECA e Stijn MANHAEGHE, *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, Lisboa, Húmus, 2015, pp. 77 e 87.

<sup>4</sup> STOLS (2015), 78-82.

Vejam os alguns aspetos destacados por Jan Taccoen da sua estadia em Lisboa. Um deles foi a dimensão, população e dinamismo da cidade, que equiparou a Bruges: “Falando da cidade de Lisboa, ela é grande, tanto como Bruges (...) mora aí tanta gente que é de espantar”. E também: “Lisboa, no futuro, será uma grande, rica e poderosa cidade, porque é de admirar o número de casas que nela se constroem”. Se compararmos a população da cidade do Tejo, com 70.000 habitantes em 1528, com a de várias urbes flamengas da mesma época, aquela ultrapassava bastante qualquer uma destas, fossem Antuérpia, Bruxelas, Gand e sobretudo Bruges, que em 1500 contava com 30.000 pessoas e 60 anos depois com apenas 35.000<sup>5</sup>, quando Lisboa, ainda em 1551, já albergava 100.000 pessoas. Não era fácil, no entanto, a Taccoen estabelecer paralelos sem recurso a estatísticas, que não existiam ainda, tendo ficado, por isso, pela impressão de grandeza e animação da cidade que visitou. Impressionou-o também a altura dos edifícios, muitos deles abrigando três e quatro famílias em vários andares, consequência do aumento da população, superiores ao que era comum nos Países Baixos ou em França, que era a existência de apenas dois pisos sobre a oficina<sup>6</sup>.

No plano negativo, reparou que as ruas eram mal pavimentadas, exceto uma (por certo a rua Nova dos Mercadores), o que impedia que se andasse a pé quando chovia (provavelmente devido à lama e poças de água) e que a higiene não era muita, não existindo privadas nas casas e sendo os despejos domésticos transportados diariamente para o rio à cabeça de escravos. Outros visitantes, como o italiano anónimo autor do Retrato e reverso do reino de Portugal, foram ainda mais críticos, falando da extrema sujidade das próprias vias públicas, lamacentas e malcheirosas<sup>7</sup>. Não lhe agradou também a maneira de vestir das classes abastadas, os homens com longas capas até ao chão e as mulheres cobertas de véus que lhes encobriam os rostos.

Mas, além destes, outros aspetos do ambiente social o interessaram, pelo contraste que evidenciavam com o da sua região de proveniência e dos outros países europeus que já tinha visitado. Aquele que mais destacou foi o multiculturalismo da população e a existência de animais exóticos: “Vêm-se em Lisboa muitos animais e gente estranha e outras coisas que trazem da Turquia, dos países conquistados pelo rei”. Descontando o facto de englobar no império otomano, em plena expansão na época e a suprema ameaça para a Cristandade, a generalidade

<sup>5</sup> Jonathan I. ISRAEL, *The Dutch Republic. Its rise, greatness and fall. 1477-1806*, Oxford, Clarendon Press, 1998, pp. 114.

<sup>6</sup> Philippe CONTAMINE, “Fogo, família, casa”, in *História da Vida Privada*, vol. 2., *Da Europa feudal ao Renascimento*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 457-460.

<sup>7</sup> A. H. de Oliveira MARQUES (ed.), “Retrato e reverso do reino de Portugal”, in *Portugal quinhentista*, Lisboa, Quetzal, 1987, pp. 193-194.

dos territórios de Além-Mar com presença lusa, a afirmação traduzia o choque da mentalidade europeia, ainda de raiz medieval, provocado pelo conhecimento de novos mundos e realidades, fruto dessa primeira globalização que a expansão ibérica tinha ocasionado. Boa parte do relato do Flamengo ocupou-se a descrever não só os elefantes indianos que D. Manuel tinha ao seu serviço como meio de exibir grandeza e poder, mas também as minorias populacionais de origem não europeia, sobretudo africana, negros e brancos do norte do continente, mas também indianos.

Sobre os elefantes do rei, é de salientar o facto de que, quando Taccoen esteve em Lisboa e os observou espantado, um outro dos elefantes de D. Manuel tinha acabado de desfilarem em Roma, perante Leão X e a corte pontifícia, como estrela da embaixada enviada pelo monarca português à Santa Sé. Era pois, essa época, de grandes novidades, embora a oferta de animais exóticos entre príncipes e reis não fosse rara no Renascimento, incluindo a de girafas, leões, tigres e aves vindas de outros continentes. Exemplo disto foi o envio, em 1477, de dois dromedários e de um elefante, por D. Afonso V de Portugal ao rei de Nápoles René de Anjou<sup>8</sup>. Mas um elefante em Roma, parece que desde Aníbal não tinha sido visto nenhum.

Relativamente aos grupos sociais de origem não europeia, formados sobretudo por escravos e respetivos descendentes, o texto de Jan Taccoen incluiu a única descrição desenvolvida de um desembarque de cativos em Lisboa de toda a história do tráfico negreiro, e mesmo em Portugal, se excluirmos a célebre passagem de Zurara relativa à descarga de mais de duzentos escravos em Lagos, nos meados de Quatrocentos. Foi um episódio marcante da sua estadia, o primeiro que mencionou no relato, com bastante pormenor, ressaltando aspetos como a rudeza e nudez das pobres vítimas, a desumanização a que essa atividade conduzia, com os prisioneiros a comerem de joelhos no chão, com as mãos, “como animais”, como afirma, e a frieza e ganância de vendedores e compradores. Era uma realidade que não lhe era familiar, vindo de um mundo em que a escravidão e o comércio de escravos há muito tinham deixado de ser comuns, ao contrário da Europa Mediterrânica<sup>9</sup>. Da entrada de escravos resultou uma numerosa população de origem africana e oriental, que o senhor de Zillebeke designava indiferentemente por mouros: “E parece-me que habitam a cidade tantos mouros, brancos e negros, como outros, por o rei ter conquistado muitas ilhas e cidades aos Mouros, Turcos e outros infiéis”. E, mais adiante: “Existem uns dez ou doze mil mouros (...) todos cristãos porque, quando já conhecem a religião, os batizam”.

<sup>8</sup> Sílvio BEDINI, *The Pope's elephant*, Manchester, Carcanet, 1997, p. 30.

<sup>9</sup> Jacques HEERS, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, Lisboa, Dom Quixote, 1983, pp. 91-101.

Por lhe ter sido narrada, provavelmente pelo filho Wulfert, pois a ela já não assistiu, referiu também a estadia na urbe, aparentemente recente, de três importantes personalidades “vindas da longínqua terra de Calecute”: “Tinham nas faces muitas pedras, assim como no queixo e na boca, sobre os lábios, dois dentes compridos de pedras preciosas”. As relações com esse reino hindu da costa do Malabar, antes caracterizadas pela hostilidade, foram estabelecidas em outubro de 1513<sup>10</sup>, tendo os Portugueses iniciado aí a construção de uma fortaleza. Para selar a aliança o Samorim decidiu enviar uma embaixada a D. Manuel<sup>11</sup>, na qual certamente se integraram os dignitários mencionados. O uso de joias em profusão é natural em pessoas chegadas de um território onde se extraía e vendia grande quantidade e variedade de pedras preciosas, como viria a referir em pormenor o holandês Linschotten<sup>12</sup>.

Do maior interesse foram igualmente as impressões que colheu sobre o carácter e costumes dos Lisboaetas e dos Portugueses em geral, nomeadamente os rituais que costumavam assinalar acontecimentos importantes da vida, como o casamento e a morte. Quanto ao casamento, admirou-se com a simplicidade das respetivas cerimónias:

“Quando alguém se casa, os noivos vêm com os convidados diante da igreja e aí o cura desposa-os, sem mais despesas, e vão depois para casa tratar da sua vida, agradecendo aos que os acompanharam. Não se fazem outros dispêndios com jantar, danças, enfeites ou roupas.”

Esta sobriedade correspondia ao que a Igreja preconizava para considerar válido o matrimónio: as chamadas “palavras de presente” – “Recebo-te por minha; recebo-te por meu”, pronunciadas perante o padre, à porta ou dentro de um templo, as quais corporizavam o “casamento de bênção”. A mesma simplicidade viria a observar em Jerez, Castela. Não era, no entanto, o que se passava em zonas rurais do Minho, Trás-os-Montes e Beira, onde as bodas eram acompanhadas de banquetes e festejos longos e dispendiosos, costume que chegou a ser proibido pelas Ordenações. Nem nas classes altas, entre a nobreza e os monarcas, que comemoravam sumptuosamente os respetivos matrimónios<sup>13</sup>. Mas devia ser a regra para a generalidade da população dos principais centros urbanos, como

<sup>10</sup> José FERREIRA, “Calicute”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. [Consultado em 04/04/2016]. Disponível em [www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?lang=pt](http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?lang=pt)

<sup>11</sup> Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello e Irmão, 1979, p. 791.

<sup>12</sup> Jan Huygen van LINSCHOTTEN, *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, Comissão dos Descobrimentos, 1997, pp. 267-278

<sup>13</sup> A. H. de Oliveira MARQUES, *A sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1971, pp. 119-120.

Lisboa, a acreditarmos no nobre flamengo. De resto, a mesma atitude se verificava em ocasiões de importância comunitária, como a Páscoa, mostrando-se o mesmo informador admirado por, tendo permanecido na cidade durante esse período, não ter visto quaisquer festejos, ao contrário do que sucedia em Roma, Veneza e Milão.

O oposto se passava nos funerais. Ao contrário de países situados mais a Norte, nas regiões mediterrânicas a tradição romana e medieval de intervenção de carpideiras nas cerimónias fúnebres mantivera-se, contra as recomendações da Igreja e do poder civil, extensiva aos familiares e amigos dos falecidos<sup>14</sup>. Em Portugal, os parentes dos mortos manifestavam a sua dor em altos gritos, arrancavam cabelo e barba, e cobriam a cabeça de terra e cinza. As câmaras de Lisboa e Évora proibiram, no tempo de D. João I, o carpir, depenar e rasgar o rosto, por ser costume que vinha dos gentios e ser contra os mandamentos de Deus, e porque não se usava em outros reinos e províncias “salvo tão solamente em estes”. Mesmo assim, quando faleceu o príncipe D. Afonso, em 1491, segundo Rui de Pina, “se depenaram então cabeças de muito siso e arrancaram barbas de muita autoridade; ali não ficou rosto de mulher que com as próprias mãos e unhas cruéis não fosse esbofeteado e feito em sangue”<sup>15</sup>. Costume semelhante se manteve nas cidades da Toscana do Renascimento<sup>16</sup> e noutras da península italiana. Por isso Taccoen assinalou brevemente em relação a Lisboa: “Quando morre alguém fazem uma grande gritaria, como em Roma”. Na Cidade Eterna, de acordo com o que observou durante a sua visita, quando os corpos dos falecidos saíam de casa os familiares gritavam, arrancavam o cabelo e beijavam intensamente os cadáveres, imprecando-os em altos berros por terem tão cedo deixado a existência terrena apesar da boa vida que tinham, não conseguindo os padres impedi-los deste tipo de manifestações<sup>17</sup>.

A tendência para o dramatismo e o exagero das expressões de dor observou-a também na Quinta Feira Santa, cujas celebrações incluíam procissão evocativa do martírio de Cristo, de grande efeito cenográfico. Realizada à noite, os irmãos da Misericórdia empunhavam tochas acesas e eram seguidos por uma centena de homens, de tronco nu e rosto tapado, que se autoflagelavam violentamente com disciplinas que incluíam esporões de metal e que lhes deixavam a pele em sangue. Forma de catarse para expiar em público, embora sob anonimato, os respetivos

<sup>14</sup> Philippe ARIÈS, *O homem perante a morte*, vol. 1, Lisboa, Europa-América, 1988, p. 171.

<sup>15</sup> MARQUES (1971), 213-214.

<sup>16</sup> Charles de LA RONCIÈRE, “A vida privada dos notáveis toscanos no limiar do Renascimento”, in *História da Vida Privada*, vol. 2, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 253-254.

<sup>17</sup> Jan de ZILLEBEKE, *Livre de voyages*, Manuscrito 793 da Biblioteca Municipal de Douai (França), f. 11.

pecados, as procissões de flagelantes não eram, porém, uma particularidade portuguesa, nem sequer dos países do Sul, pois estiveram em voga, durante a Idade Média, desde a Polónia e a Alemanha à França e à Itália, sobretudo na ocorrência de flagelos, como pestes, como meio de aplacar a ira de Deus, apesar da oposição das autoridades eclesiásticas. Continuaram na Época Moderna e mesmo Contemporânea, nomeadamente nos países meridionais, como os da Península Ibérica, onde a Igreja conseguiu integrá-las no calendário litúrgico. Goya representou as da Semana Santa em Sevilha, numa célebre pintura. Jan Taccoen deu mostras de nunca ter presenciado semelhante evento, tão impressionado ficou com o estado a que chegavam as suas voluntárias vítimas: “assim caminham todos, flagelando-se nas costas, de tal modo que não se lhes vê a pele, parece tudo esfolado (...) Diz-se que dantes se morria disto”. Certamente que, a existirem ainda cortejos destes na Flandres, não faziam parte da rotina, como aqui.

Referiu-se igualmente, com bastante pormenor, à aplicação da pena de morte aos adúlteros, tendo assistido a vários enforcamentos, de homens e mulheres acusados desse crime. E ficou chocado com a impunidade dos maridos enganados que matavam as respetivas mulheres. Diz ele:

“Em Lisboa, quando uma mulher casada se envolve com outro além do seu marido e este se queixa à justiça, o homem e a mulher são enforcados, a não ser que se trate de pessoas importantes. Amarram-nos junto à Ribeira numa bela cruz de pedra com degraus (...) e aí os deixam, com os pescoços juntos como se faz com os carneiros.”<sup>18</sup>

Tinha visto um indivíduo a ser conduzido à forca pelos irmãos da Misericórdia, que desfilaram em cortejo, acompanhados de homens embuçados que se flagelavam como na Semana Santa. A sua cúmplice estava presa, por se encontrar grávida, à espera do parto, para então ser também enforcada.

O que as leis do reino, desde D. Dinis, prescreviam para os casos de fornício ou adultério era a morte de ambos os culpados. Mas as Ordenações Manuelinas colocaram como condição para a aplicação da pena que houvesse queixa do ofendido. Segundo Taccoen, também em Jerez, na Andaluzia e provavelmente no resto do país, se o marido perdoasse à mulher infiel, o amante ficava livre, até que incorresse no mesmo crime três vezes. Nesse caso, eram mortos os dois, mas por degolação, de acordo com o costume castelhano. Em Cádiz, os homens adúlteros eram amarrados a uma coluna e alvejados por arqueiros. Também segundo o código manuelino, se o adúltero fosse fidalgo, cavaleiro ou escudeiro e o marido

<sup>18</sup> STOLS (2015), 127.



peão, a pena de morte não seria posta em prática sem conhecimento do rei e a respetiva autorização.

Quando eram os maridos atraídos a fazer justiça por suas mãos, podiam contar com a compreensão do rei e das suas leis. Nesse sentido D. Afonso IV determinou “que toda mulher casada que fizer adultério a seu marido, se a o marido matar por ende, ainda que a não ache no adultério, que não morra por ende, nem haja outra pena de justiça”<sup>19</sup>. Regra semelhante viriam a estabelecer as Ordenações Manuelinas. O marido ultrajado que matasse a mulher adúltera e o seu cúmplice não teria que se preocupar com as consequências do seu ato, desde que fosse cavaleiro, fidalgo de solar, desembargador ou pessoa de maior qualidade. Dizia a lei: “aqueles que (...) por tal razom matarem nom hajam medo, nem se catem de mim, nem da minha justiça”. Porém, se o que matasse fosse peão e homem de pequeno estado, e o culpado de adultério fosse de condição superior, já o primeiro não seria ilibado pela morte, mas antes degredado um ano para um lugar afastado, como eram as terras de fronteira e as praças do norte de África. Coerente com isso foi um facto presenciado pelo senhor de Zillebeke, que ele estranhou: “Vi (...) passar um homem que parecia rico e poderoso (...). Disseram-me que três dias antes tinha morto a mulher e o homem com quem a encontrou. E não deixava por isso de andar na rua, não receando a justiça”.

No entanto, nem sempre isso se passava. O estudo das cartas de perdão do século XV publicadas por Pedro de Azevedo mostra que frequentemente nem o adultério era penalizado com a morte, nem da adúltera nem do cúmplice, nem a morte da mulher pelo marido ofendido ficava sempre sem punição. Em ambos os casos os crimes foram castigados com penas de desterro<sup>20</sup>.

Taccoen comparou o que, a este respeito, viu na corte portuguesa com aquilo que, sobre o mesmo assunto, ocorria em Roma, que já tinha visitado:

“Em Lisboa não se passa o mesmo que em Roma, pois aí (...) não parece que seja considerado pecado os homens envolverem-se com mulheres casadas ou casadoiras: tudo isso parece normal e que o Papa o consente.”<sup>21</sup>

A gravidade do adultério feminino, punido nas Idades Média e Moderna com a pena de morte, tinha por base, em primeiro lugar, a violência que, em geral, caracterizava a sociedade dessas épocas e a consequente gravidade dos castigos

<sup>19</sup> MARQUES (1971), 126.

<sup>20</sup> Amélia ANDRADE, Teresa TEIXEIRA e Olga MAGALHÃES, “Subsídios para o estudo do adultério em Portugal no século XV”, *Revista de História*, v. V, Porto, Universidade, 1983-84, pp. 93-129.

<sup>21</sup> STOLS (2015), 127.

aplicados a quem transgredia as normas sociais<sup>22</sup>. Daí a existência de penas que hoje nos impressionam, como decepar mãos, cortar orelhas, esquartejar, açoitar em público ou degredar para as galés. Quanto à infração em si, o adultério, ofendia a fidelidade que a mulher devia ao homem, fundamento, como defenderam autores antigos e medievais, entre eles Aristóteles e São Tomás, da legitimidade da respetiva prole, destinada a perpetuar a linhagem, o que justificava o controlo do marido sobre o corpo da mulher<sup>23</sup>. O papel desta no governo da casa e na maternidade tinha como contrapartida as responsabilidades do parceiro masculino, obrigado a sustentá-la, instruí-la, nomeadamente nos planos religioso e moral, e corrigi-la. Esta obrigação não devia, no entanto, ser exercida com demasiada severidade, sob pena de perturbar a paz familiar. Quanto à conduta da mulher, devia ser irrepreensível: ela não só devia comportar-se honestamente, como evitar qualquer insinuação ou boato sobre si, algo que, fosse verdadeiro ou falso, mancharia não só a sua imagem como a de toda a família.

Tais pressupostos, de origem muito anterior, mantiveram-se no Renascimento, continuando a colocar o homem como figura central da sociedade e do agregado familiar<sup>24</sup>. As mulheres não podiam comparecer pessoalmente em tribunal, sendo as solteiras representadas pelo pai ou, na falta dele, pelo parente masculino mais próximo da família paterna, e as casadas pelo marido. Eram consideradas legalmente inimputáveis. Em Portugal, as mulheres de qualquer idade eram equiparadas aos menores de 15 anos do sexo masculino em termos de responsabilidade pela prática de atos violentos, não lhes podendo ser aplicada a respetiva pena. Mas deste tratamento decorria também que os maridos não eram penalizados se, ao castigá-las, as fizessem sangrar, tal como sucedia ao punirem os filhos e os escravos. No Ocidente em geral os maridos tinham poder absoluto para castigar as mulheres, o que, no caso de adultério, implicava a pena de morte, para elas e os seus amantes<sup>25</sup>.

A diferença sentida por Taccoen em relação a Roma, em que o adultério era tido por comum e normal, foi também assinalada por ele na memória da sua anterior estadia na sede da Cristandade. Segundo ele, era aí vulgar homens e mulheres relacionarem-se intimamente, sem que ninguém se escandalizasse. Indivíduos de ambos os sexos costumavam ter três e quatro amigos e amigas. Dizia-se de muitas mulheres que um dos amantes pagava a casa, outro os vestidos

<sup>22</sup> Johan HUIZINGA, *O declínio da Idade Média*, Lisboa, Ulisseia, 1985, p. 23.

<sup>23</sup> Silvana VECCHIO, “A boa esposa”, in *História das mulheres no Ocidente. A Idade Média*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 154.

<sup>24</sup> *Idem, ibidem*, 172 e 174.

<sup>25</sup> Claudia OPITZ, “O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)”, in *História das mulheres no Ocidente*, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 356-357, 366-371.

e outro as sustentava, entendendo-se os três entre si perfeitamente. Era também voz corrente que, quando alguém se sentia aborrecido na sua terra, ia a Roma “fere leur puterie” e que na cidade “os cardeais triunfavam, as mulheres exibiam-se e os asnos sacrificavam-se”, pois os cardeais dispunham de todos os bens deste mundo, as mulheres não sofriam a mínima sujeição e os pobres asnos acarretavam tudo aquilo de que Roma necessitava<sup>26</sup>. A notável memória de um anónimo Fidalgo de Chaves que, no momento em que Jan Taccoen visitou Lisboa, estava em Roma ao serviço de D. Jaime, duque de Bragança – que Paulo Lopes trouxe ao nosso conhecimento há poucos anos – confirma a impressão que os costumes dos seus habitantes, nomeadamente da hierarquia eclesiástica cristã, causavam nos forasteiros chegados de países em que predominava uma mentalidade mais austera<sup>27</sup>. Tais hábitos, associados ao gosto pelo luxo e à corrupção<sup>28</sup>, despertaram, como se sabe, sérias críticas e prepararam o ambiente para a Reforma.

Assim, o visitante flamengo que, na primavera de 1514, desembarcou na corte portuguesa a caminho de Jerusalém, deparou com realidades que o impressionaram de diversas formas. Por um lado, o exotismo e multiculturalismo da cidade e do país, evocador de paragens longínquas, bem diferentes das europeias que tinha conhecido. Foram os aspetos que maior impacto lhe causaram e que primeiro e mais desenvolvidamente fez refletir no seu texto. Por outro, aspetos próprios das sociedades mediterrânicas, caracterizadas pelo exagero de certas manifestações coletivas, como as procissões de flagelantes e as ruidosas expressões de luto. E ainda, pelo contraste com as atitudes observadas na sede da Cristandade, o rigor da justiça em face dos que atentavam contra o casamento. A falta de limpeza e o ambiente pesado resultante das vestes longas e escuras dos lisboetas (que as conhecidas pinturas do Chafariz del Rei e da rua Nova confirmam) apenas devem ter acentuado a impressão de estar num país bem diferente do seu. Em nenhum outro local que posteriormente visitou, em Cádiz, nas Baleares, em Messina, em Rodes e na própria Palestina, se deu conta de aspetos tão originais e estranhos como em Lisboa.

Esses e outros contrastes, no entanto, foram também sentidos por estrangeiros que, nas últimas décadas do século XV e ao longo do século XVI, passaram por Lisboa ou nela residiram. Um dos aspetos mais frequentemente mencionados em relatos de viagem e memórias sobre a cidade e o país foi o de os seus naturais acharem que a sua terra era a melhor de todas e eles os mais sábios do mundo. Isso realçou Nicolau Popplau, cavaleiro polaco que, vindo de Inglaterra, por aqui viajou

<sup>26</sup> ZILLEBEKE, f. 11 v. e 12.

<sup>27</sup> Paulo LOPES, *Um agente português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013, p. 718.

<sup>28</sup> J. R. HALE, *A Europa durante o Renascimento (1480-1520)*, Lisboa, Presença, 1983, pp. 183-190.

em 1484 e foi recebido por D. João II. Para este, apesar dessa crença ingénuca, os Portugueses eram rudes e indolentes, embora mais fiéis e moderados na comida e bebida que os Ingleses, que tinha acabado de conhecer. Referiu, como Taccoen, as capas negras, largas e compridas usadas pelos homens e o tamanho da cidade, tão grande como Colónia e Londres. Foi obsequiado pelo monarca com dois escravos, que lhe foi dado escolher entre uns cinquenta acabados de chegar ao porto e cujas características destacou<sup>29</sup>.

Ainda no tempo de D. João II visitou o reino o médico de Nuremberga Jerónimo Münzer, acompanhado de um grupo de mercadores alemães. Da relação em latim que ficou da sua estadia constam referências aos animais exóticos que viu em Lisboa, ao próspero comércio com África, à riqueza dos Judeus e à existência de inúmeros escravos negros, alguns dos quais surpreendeu a trabalhar na fundição das armas, âncoras e apetrechos usados nas navegações, os quais comparou a “Cíclopes no antro de Vulcano”. Achou Lisboa maior e muito mais populosa que Nuremberga e os Portugueses de carácter afável<sup>30</sup>.

Outros estrangeiros, no entanto, retiveram uma impressão diferente desta, motivados pelas também diversas circunstâncias e objetivos da sua estadia. O veneziano Lunardo da Cà Masser, na corte lusa desde 1504 e que chegou a estar preso como espião, considerou os moradores arrogantes, conflituosos e indignos de confiança. O seu desinteresse pelo comércio, que tinham por pouco digno, e a tendência ostentativa e perdulária faziam com que o país dependesse, em quase tudo, das importações<sup>31</sup>.

Entre 1533 e 1538, residiu em Portugal o professor e gramático flamengo Nicolau Clenardo, chamado por D. João III para ensinar latim ao infante D. Henrique, seu irmão. Um dos aspetos que mais ressaltam das cartas que dirigiu a alguns compatriotas foi o do grande número de escravos e negros que encontrou e que o fez considerar, com voluntário exagero, que Lisboa tinha mais escravos que gente livre e Évora, para onde foi viver, lhe parecia uma cidade do inferno, tal o número de negros que nela via. Mesmo assim, deu-se bem por cá, com a ajuda do invejável ordenado que recebia, comprando alguns negros, a quem ensinou latim, para o serviço de casa e para o ajudarem nas aulas<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> J. GARCÍA MERCADAL (Org.), *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, Madrid, Aguilar, 1952, pp. 309-315.

<sup>30</sup> Basílio de VASCONCELOS, “Itinerário” do Dr. Jerónimo Münzer (*Excertos*), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

<sup>31</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser”, *Revista de história económica e social*, nº. 4, Lisboa, Sá da Costa, 1979, pp. 75 e 84.

<sup>32</sup> Jorge FONSECA, “Black Africans in Portugal during Cleynaerts’s visit (1533-1538)”, in *Black Africans in Renaissance Europe*, T. F. Earle and Kate Lowe (ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 113-121.

Quarenta anos depois, em 1578, o italiano de passagem por Lisboa Filippo Sassetti insistia, em carta para Florença, nos lugares-comuns da arrogância e indolência dos Portugueses, assim como do seu sentimento de superioridade. Não deixou, naturalmente, de se referir aos escravos, nomeadamente aos recém-chegados, cuja miserável situação lamentou<sup>33</sup>. Por esse tempo esteve também no reino outro italiano, autor de uma anónima descrição do país e seus habitantes<sup>34</sup>, que Carmen Radulet atribuiu ao toscano Baccio da Filicaia<sup>35</sup>. Em relação a Lisboa, classificou-a como feia, tristonha e de ruas estreitas e sujas. Esta última característica atribuía-a à falta de esgotos, que obrigava a que as sujidades domésticas tivessem que ser despejadas para a via pública ou carregadas para o rio à cabeça de escravas, tombando em parte para o chão. Insistiu na já conhecida caracterização dos habitantes como grosseiros, preguiçosos e simultaneamente orgulhosos, julgando-se os melhores do mundo, o que atribuiu ao isolamento geográfico, que dificultava o conhecimento de países mais civilizados. Achou-os de feitio triste e melancólico, por reserva e vaidade, no que contrastavam com os escravos que estavam sempre alegres. E também ciumentos, ouvindo-se frequentes alusões a adultérios, divórcios e mortes de adúlteras, devido a que, valendo os homens pouco e as mulheres muito, eles viviam sempre desconfiados<sup>36</sup>.

Ao longo do tempo, outros forasteiros foram repetindo, com poucas variantes, os habituais apodos à principal urbe do reino e aos seus moradores. Para os cavaleiros Tron e Lippomani, enviados pela república de Veneza, em 1580, para saudarem Filipe II pela aquisição de Portugal, embora Lisboa fosse uma grande cidade e o seu comércio com todo o mundo florescente, era fraca a arquitetura das construções e as ruas incómodas, devido à sua inclinação, com exceção da rua Nova, pela sua largura e nobreza. Poucas pessoas se mostravam inclinadas às letras, preferindo a mercancia, que, por sua vez, era desprezada pelos nobres. Quanto à vaidade, acharam “os Portugueses mais ambiciosos de louvores que outra qualquer nação do mundo”<sup>37</sup>.

Vejamos, para terminar este périplo pela literatura sobre Lisboa e os Portugueses, da autoria de estrangeiros, as impressões colhidas, entre 1593 e 1596, por Gianbattista Confalonieri, secretário do coletor de Portugal Fábio Biondi de Montalto. Sem deixar de enaltecer a beleza da paisagem e o clima ameno, as dimensões da cidade, que achou a maior da Europa, excetuando Constantinopla

<sup>33</sup> Filippo SASSETTI, *Lettere di ... sopra i suoi viaggi nelle indie orientali dal 1578 al 1588*, Reggio, Dalla Stamperia Torreggiani e C., 1844, pp. 20 e 26-27.

<sup>34</sup> MARQUES, (1987).

<sup>35</sup> Carmen M. RADULET, “Um retrato italiano do reino de Portugal no século XVI”, *Mare Liberum*, n.º 14, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 99-114.

<sup>36</sup> MARQUES, (1987), 139, 195, 219, 229 e 241.

<sup>37</sup> Alexandre HERCULANO, *Opúsculos*, vol. 6, Lisboa, Bertrand, 1983, pp. 113, 115, 121 e 122.

e Paris, assim como o comércio, apontou igualmente aspetos que considerou negativos. Sobre as particularidades da urbe, a banalidade das construções, a estreiteza, forte inclinação e sujidade das ruas foram dos mais destacados. Relativamente ao carácter dos moradores, foi grande a semelhança com o que apontaram outros visitantes, sobretudo os que aqui permaneceram mais tempo: indolentes para o trabalho, com excessiva autoestima, obstinados nas discussões, amantes de cortesias mas grosseiros no comportamento. Não esqueceu o número de escravos nem os pesados lutos pela morte de parentes<sup>38</sup>.

Que aspetos comuns se descobrem entre o relato de Jan Taccoen e os textos de outros estrangeiros de passagem por Lisboa, nomeadamente no que toca ao carácter dos Portugueses? É preciso ter em conta o pouco tempo que o Flamengo esteve na cidade, que não lhe permitiu observar com atenção o comportamento da população no dia-a-dia. Por isso, o que mais sobressai do seu texto são os aspetos mais facilmente apreensíveis, como a grandeza da urbe e a importância do comércio com o Ultramar, que todos os visitantes destacaram, a existência e poder dos cristãos-novos, a abundância de escravos, assim como a estreiteza e falta de higiene das vias públicas, igualmente referidos por quase todos. Quanto à presença de animais exóticos, só Münzer a tinha assinalado, não se encontrando nos textos posteriores ao do senhor de Zillebeke, provavelmente porque foram rareando daí em diante, passando de moda à medida que deixaram de constituir novidade. Os próprios elefantes só foram usados pelos soberanos lusos até à união de coroas. Em relação a características comportamentais da população como as assinaladas nas memórias das últimas décadas de Quinhentos, nada consta no texto de Jan Taccoen, pelo motivo referido. Nem se encontra nessas memórias mais tardias a ênfase na pena de morte aplicada aos adúlteros, neste caso, infelizmente, não por ter deixado de se praticar, nem os desfiles de flagelantes.

O que o nobre de Comines quis transmitir aos descendentes sobre a sua breve estadia na corte portuguesa foi o choque que lhe causou uma cidade tão diferente daquelas que até aí tinha conhecido, o que poderia testemunhar qualquer outro nórdico que, por um curto período, aqui passasse.

---

<sup>38</sup> Gianbattista CONFALONIERI, “Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa” (1593), in *Porterras de Portugal no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002, pp. 161-250.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Amélia, TEIXEIRA, Teresa e MAGALHÃES, Olga, “Subsídios para o estudo do adultério em Portugal no século XV”, *Revista de História*, v. V, Porto, Universidade, 1993-1994, pp. 93-129.
- ARIÈS, Philippe, *O homem perante a morte*, vol. 1, Lisboa, Europa-América, 1988.
- BEDINI, Sílvio, *The Pope’s elephant*, Manchester, Carcanet, 1997.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello e Irmão, 1979.
- CONFALONIERI, Gianbattista, “Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa” (1593), in *Por terras de Portugal no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, pp. 161-250.
- CONTAMINE, Philippe, “Fogo, família, casa”, in *História da Vida Privada*, vol. 2, *Da Europa feudal ao Renascimento*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 421-501.
- FERREIRA, José, “Calicut”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* [Consultado em 04/04/2016]. Disponível em [www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?lang=pt](http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?lang=pt)
- FONSECA, Jorge, “Black Africans in Portugal during Cleynaerts’s visit (1533-1538)”, in *Black Africans in Renaissance Europe*, T. F. Earle and Kate Lowe (ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 113-121.
- GARCÍA MERCADAL, J. (Org.), *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, Madrid, Aguilar, 1952.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser”, *Revista de história económica e social*, nº. 4, Lisboa, Sá da Costa, 1979, pp. 75-88.
- HALE, J. R., *A Europa durante o Renascimento (1480-1520)*, Lisboa, Presença, 1983.
- HEERS, Jacques, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, Lisboa, Dom Quixote, 1983.

HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, vol. 6, Lisboa, Bertrand, 1983.

HUIZINGA, Johan, *O declínio da Idade Média*, Lisboa, Ulisseia, 1985.

ISRAEL, Jonathan I., *The Dutch Republic. Its rise, greatness and fall. 1477-1806*, Oxford, Clarendon Press, 1998.

LINSCHOTTEN, Jan Huygen van, *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

LOPES, Paulo, *Um agente português na Europa do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.

MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.), “Retrato e reverso do reino de Portugal”, in *Portugal Quinhentista*, Lisboa, Quetzal, 1987, pp. 127-245.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1971.

OPITZ, Claudia, “O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)”, in *História das mulheres no Ocidente. A Idade Média*, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 353-435.

RADULET, Carmen M., “Um relato italiano do reino de Portugal no século XVI”, *Mare Liberum*, nº. 14, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 99-114.

RONCIÈRE, Charles de la, “A vida privada dos notáveis toscanos no limiar do Renascimento”, in *História da Vida Privada*, vol. 2, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 163-309.

RUTA, Carlo, *Storia del viaggio in Sicilia dalla tarda antichità all'età moderna*, Ragusa, Edizioni di storia e studi sociali, 2016.

SASSETTI, Filippo, *Lettere di ... sopra i suoi viaggi nelle indie orientali dal 1578 al 1588*, Reggio, Dalla Stamperia Torreggiani e C., 1844.



STOLS, Eddy, FONSECA, Jorge e MANHAEGHE, Stijn, *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, Lisboa, Húmus, 2015.

VASCONCELOS, Basílio de, “Itinerário” do Dr. Jerónimo Münzer (*Excertos*), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

VECCHIO, Silvana, “A boa esposa”, in *História das mulheres no Ocidente. A Idade Média*, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 143-183.

ZILLEBEKE, Jan de, *Livre de voyages*, Manuscrito 793 da Biblioteca Municipal de Douai (França).